

# ATUALIDADE ECONÔMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 17

Nº 48

Janeiro/Dezembro/2005

---

---

## CONTEÚDO

**Planejamento regional: quo vadis?**

*Hoyêdo Nunes Lins*

01

**Nível de desenvolvimento socioeconômico em Santa Catarina**

*Luiz Augusto F. F. Maluf*

07

**Além da maximização de lucros: a responsabilidade social corporativa**

*Lisandro Fin Nishi e José Daniel Lenzi*

13

**Novas abordagens sobre o funcionamento das empresas**

*João Randolfo Pontes*

17

**Persistirá a queda do PIB da agropecuária?**

*Francisco Gelinski Neto e Carmem R. Ortiz Gelinski*

23

## Planejamento regional: *quo vadis?*

*Hoyêdo Nunes Lins<sup>(\*)</sup>*

As décadas subseqüentes à II Grande Guerra assistiram à entronização do planejamento regional na agenda pública e, mais especificamente, nas práticas de governo de numerosos países. O Brasil não destoou dessa tendência, mas no período recente o país amargou um verdadeiro refluxo das correspondentes atividades. Assim, o cenário do planejamento regional no Brasil apresenta-se, pode-se considerar, nebuloso. Nas duas seções seguintes tecem-se algumas considerações sobre esse problema, quer no nível nacional, quer em Santa Catarina.

### **Impasses no plano nacional**

A capacidade do Estado brasileiro para promover o desenvolvimento regional foi consideravelmente abalada nas últimas décadas. Entre os motivos, figuraram dificuldades financeiras que, tornando-se especialmente agudas nos anos 80, estreitaram as margens de manobra do governo e debilitaram os órgãos de apoio e fomento. A Constituição Federal de 1988, que alterou as relações entre os níveis governamentais e aumentou as atribuições dos estados e municípios, não melhorou o quadro: a descentralização deveria sinalizar um novo pacto federativo, mas as ambigüidades sobre os papéis das esferas de poder ajudaram a aprofundar os desequilíbrios fiscais, dificultando ainda mais os vínculos entre as órbitas administrativas.

Desse modo, adentrou-se a década de 90 sem que, diferentemente do que se poderia esperar, as condições para o planejamento fossem recompostas. Continuou-se a amargar carência de formas institucionais que estimulassem o debate sobre os rumos do país, algo inquietante tendo em vista que as mudanças macroeconômicas do período representavam grandes desafios para as regiões. Nessa década, a principal iniciativa do governo brasileiro em que a “dimensão espacial” mostrava-se efetivamente incrustada foi o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Seu foco principal era a infra-estrutura de transporte, já que a melhoria do acesso das regiões mais “competitivas” aos mercados internacionais figurava como propósito básico. Todavia, como advertiu Araújo (1998, p. 173), “há imensos pedaços do Brasil que não são competitivos” e que, por conta disso, necessitam uma decisiva promoção do seu desenvolvimento.

O refluxo – mais do que isso, a crise – do planejamento regional baseado em visão de conjunto sobre o país levou os entes federados, em primeiro lugar os estados, a explorar alternativas próprias. Em muitos casos isso envolveu a tentativa de atrair investimentos mediante incentivos fiscais. Outros mecanismos implicaram concessões financeiras sustentadas por linhas de financiamento estaduais, medidas

---

<sup>(\*)</sup> Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC.

relacionadas às questões de infra-estrutura e a simplificação dos processos de registro das empresas.

Mas isso não foi tudo. Também se apostou na articulação de agentes local-regionais em torno de objetivos de desenvolvimento e na sua participação no planejamento e na tomada de decisões. São ilustrações desse tipo de iniciativa os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, os Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, as Audiências Públicas Regionais em Minas Gerais, os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina e as Assembléias Orçamentárias Microrregionais do Espírito Santo (Bandeira, 2000).

Disso também resultaram diversas Agências de Desenvolvimento, criadas sob o “amparo do Setor Público (...), embora não sejam necessariamente de propriedade ou comando exclusivamente estatal. Situam-se, em geral, no mesoplano entre o público e o privado (nível público, mas não estatal) e são estatuídas de maneira concertada entre os agentes sociais envolvidos e, mesmo quando estatais, possuem elevada autonomia de ação” (Macedo, 1999, p. 51). O potencial inovador e as possibilidades da “política de redes”, mirando o inter-relacionamento dos agentes local-regionais, subjazem ao apelo representado por essas entidades.

Cabe frisar que os impasses da ação federal e a proliferação de iniciativas no nível dos estados representam, de alguma forma, “atrofia” tanto da visão quanto da ação de conjunto para o país no tocante ao planejamento. Esse problema, assinala-se, não se apresenta superado no atual governo. Pelo menos não há indicações claras sobre a importância atribuída presentemente ao assunto, o que não deixa de causar espécie haja vista a orientação política anunciada e prometida na origem da gestão federal em curso.

É verdade que, por exemplo, a polêmica transposição das águas do Rio São Francisco – um projeto de grande envergadura cujos impactos regionais haverão de se mostrar consideráveis – parece ser tema de destaque na agenda federal na atualidade. Mas não há, até onde se pode divisar, sequer esboço de providências sobre, entre outras coisas, a galopante devastação da Amazônia e a obscena concentração sócio-espacial da riqueza, feridas intoleráveis que continuam a latejar e, ao que tudo sugere, a se agravar.

### **Um olhar sobre Santa Catarina**

Antes dos anos 50, as atividades governamentais de planejamento eram esporádicas em Santa Catarina, não indo além de programas e projetos que utilizavam o orçamento público como instrumento principal. Dos anos 50 aos 70, a seqüência de ações de maior relevo teve como primeiro passo o Plano de Obras e Equipamentos (POE); os 60 foram marcados pelo Plano de Metas do Governo (PLAMEG), nas suas duas versões, e os 70 registraram a elaboração de planos governamentais que, embora concebidos e implementados em gestões específicas, assemelhavam-se sobretudo por ressoarem as orientações contidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND).

Na primeira metade dos anos 70, a conjuntura econômica nacional era ainda influenciada pelo “milagre econômico”, representando atmosfera propícia a orientações, por assim dizer, desenvolvimentistas. Melhorias nas infra-estruturas, estímulos à produção industrial e avanços na integração espacial do estado despontaram nas realizações do período. Não menos importantes foram as tentativas de promoção do desenvolvimento em nível microrregional apoiadas pelo Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, com expressão no fortalecimento do parque industrial inclusive pelo incentivo à instalação de novas unidades produtivas (Desenvolvimento...1973).

Todavia a deterioração das condições econômicas gerais contribuiu decisivamente para que as ações de governo se contraíssem, um processo que ganhou contornos preocupantes na década de 80. Nos primeiros anos, tentou-se a montagem descentralizada de um plano governamental, mas “a continuação desta experiência (...) evidenciou-se impraticável, seja pelo despreparo da administração em seus níveis técnicos e políticos, seja pela falta de determinação do governo (...)” (Ferreira Fº, 1988, p. 65). O interesse na descentralização permaneceu na segunda metade dessa década, mas o que se deve ressaltar nesse intervalo é, antes de tudo, a criação de um importante mecanismo de incentivo fiscal aos investimentos: o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, posteriormente objeto de subdivisão, tornando-se setorial.

Também relevantes foram os Seminários Municipais e Regionais Permanentes, cujo objetivo era encorajar a participação dos atores locais e subsidiar a administração estadual. O trabalho intitulado *Política de Desenvolvimento Regional e Urbano para Santa Catarina* (Santa Catarina..., 1981) viu a luz nessa década, assim como os estudos que nutriram a elaboração do *Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio Econômico*, divulgado em 1990 e trazendo implícito um certo interesse na descentralização administrativa.

Nos anos 90, os desafios das mudanças macroeconômicas – sobretudo a abertura comercial, que impôs marcada reestruturação ao parque industrial catarinense – não tiveram, em termos gerais, contrapartida à altura na ação estadual. O tempo dos planos de governo abrangentes ficara para trás e os esperados investimentos da indústria automobilística – a reboque do que ocorria no Paraná e no Rio Grande do Sul – resultaram dramaticamente frustrados. Nas sucessivas gestões governamentais houve desmembramentos, fusões e extinção de órgãos, acompanhados de crise institucional no poder executivo, o conjunto representando quebra de continuidade na atuação do governo.

Ao mesmo tempo, a situação econômica se agravou, gerando estreitamento no horizonte de possibilidades que em algumas regiões (como no Oeste) provocou processos de esvaziamento populacional (Caracterização..., 2000) e em outras (como no Sul) ensejou consideráveis migrações para o exterior do país (Silvestrini, 2001). Assim, o período revelava-se convidativo a experimentos, e isso traduziu-se numa maior participação das Associações de Municípios nas atividades de planejamento, como ocorreu quando da elaboração do *Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico*

*Econômico*, escorada em convênios do governo estadual com 21 daquelas associações.

Essa iniciativa, que mobilizou diversas Associações de Municípios e ajudou a fortalecê-las, parece ter sido importante para o posterior surgimento dos Fóruns de Desenvolvimento Regional. Teve influência no vinculado processo uma viagem à Itália realizada por um grupo de prefeitos do Oeste catarinense para observar a institucionalização de estratégias de desenvolvimento local-regional. No retorno, deu-se a criação do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, uma experiência precursora em cuja esteira surgiu o Fórum Catarinense de Desenvolvimento, em abril de 1996. Instituição não governamental, gerada por iniciativa conjunta público-privada, esse fórum revela-se, segundo o seu regimento interno ([www.iel-sc.com/br/forumcat](http://www.iel-sc.com/br/forumcat)), um “órgão técnico de aconselhamento de diretrizes para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina”. Seu braço operacional é a Agência FORUMCAT, encarregada de instrumentalizar, viabilizar e implementar medidas de desenvolvimento local-regional canalizadas por fóruns regionais criados em diferentes latitudes do território catarinense.

No momento atual, estar-se-ia acenando em Santa Catarina com o fortalecimento das iniciativas voltadas ao desenvolvimento em nível local, pois o governo iniciado em 2003 anunciou ter na descentralização do poder executivo o seu principal instrumento de gestão. A Lei Complementar nº 243, de 30/01/2003, que estabeleceu a nova estrutura administrativa do governo do estado, indica no seu artigo 9º que a “execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional [SDR] e por outros órgãos de atuação regional”. Com idealização admitidamente inspirada em experiências européias (principalmente italianas), essas SDR são em número de 30 (inicialmente eram 29; em 2005 surgiu a 30ª SDR, em Dionísio Cerqueira) e têm as suas sedes nas principais cidades das regiões catarinenses.

Em julho de 2003, essas instituições iniciaram audiências públicas – envolvendo os respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, integrados pelos prefeitos municipais, presidentes das câmaras de vereadores e por dois membros da sociedade civil de cada município – para subsidiar a estruturação do orçamento estadual de 2004 e a preparação do Plano Plurianual (PPA) referente ao período 2004-2007. Uma interrogação pertinente envolve saber o quanto as SDR se mostram adequada e proficuamente articuladas com as Associações de Municípios e os Fóruns de Desenvolvimento Regional. Não há equívoco em assinalar que tal assunto merece atenção. Entre os vários motivos figuram a necessidade de evitar tanto repetições de iniciativas como a sobreposição de atividades, a importância de equacionar os conflitos que eventualmente apareçam e a relevância de garantir a continuidade de projetos importantes, fazendo uso do conhecimento acumulado e valorizando o que já foi realizado.

Igualmente cercado de expectativas, e desde logo aguçando a curiosidade sobre possíveis reflexos, é o projeto intitulado “Meu Lugar”, em implementação com base em parceria entre o governo estadual e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Conforme o material de divulgação disponível ([www.meulugar.org.br](http://www.meulugar.org.br)), o objetivo é promover, mediante e a partir da elaboração de planos, o desenvolvimento sustentável nas 30 regiões sobre as quais se desdobram as ações descentralizadas da atual administração catarinense. A busca desse objetivo escora-se, segundo anunciado, na valorização das identidades locais e na utilização dos capitais humano e social das diferentes áreas.

### **Comentário final**

Do mesmo modo que em escala de país, é necessário reintroduzir, não obstante as iniciativas mais recentes, a liturgia do planejamento regional em Santa Catarina, ampla e rapidamente. À guisa de justificativa, basta assinalar de novo que diferentes municípios do Oeste catarinense (e também de outras regiões) registraram perda de população nos anos 90, na torrente emigratória impulsionada pelas dificuldades de reprodução social nas áreas de origem. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que a metade norte do litoral do estado apresentava elevadíssimas taxas de crescimento demográfico, uma situação largamente caudatária da intensa chegada de migrantes no período recente. Quer dizer, há problemas nas áreas de origem, com a erosão dos atributos vinculados ao capital humano e social, e problemas também nas áreas de destino, devido à grave assimetria entre a crescente demanda por emprego, serviços públicos e infra-estrutura e as parcas respostas para tais exigências.

A abordagem de questões dessa natureza requer, em vez de esforços fragmentados, uma estratégica visão de conjunto sobre Santa Catarina, inclusive situando o estado frente a processos mais abrangentes, extra-estaduais. As medidas de promoção regional costumam ter incidências específicas, localizadas, pois devem guardar sintonia com os problemas e aspirações de cada ambiente sócio-produtivo e institucional. Porém sua concepção necessita estar impregnada de uma clara percepção sobre a totalidade da qual Santa Catarina constitui parte, e para tanto é preciso dirigir o olhar (também) para fora do estado. Afinal, numa referência *à la mode*, vivenciam-se tempos de *mundialização*, em vários sentidos.

### **Referências**

- ARAÚJO, T. B. de. O elogio da diversidade regional brasileira. In: MINEIRO, A. dos S., ELIAS, L. A., BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 161-181.
- BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F., BANDEIRA, P. S. (orgs.). *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 23-128.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul/IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR/IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

DESENVOLVIMENTO micro regional e municipal: política e ação. Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Florianópolis, 1973.

FERREIRA Fº, R. Santa Catarina: rumo ao planejamento governamental sistêmico? *Análise Conjuntural de Santa Catarina*, v. 4, nº 8, p. 60-70, jul.-dez. 1988.

MACEDO, M. de M. Agências de Desenvolvimento e *Policy Networks*: noções conceituais e exemplos das experiências internacional e nacional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº 96, p. 49-76, maio/ago. 1999.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. *Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina*. Florianópolis, 1981.

SILVESTRINI, G. De Criciúma para Boston. *Gazeta Mercantil*, p. A1 e A6, 02/8/2001.

# Nível de desenvolvimento socioeconômico em Santa Catarina

*Luiz Augusto F. F. Maluf\**

Este artigo traz um retrato do nível de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina para os últimos anos, através da aplicação da metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) sobre os indicadores socioeconômicos relativos ao ano de 2002, apresentados pelo IBGE em publicação do ano de 2003.

O IDS é um índice que mede a posição em que se encontra o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região, dentro de uma escala que varia do nível de desenvolvimento social da região menos desenvolvida até o nível de desenvolvimento social da região mais desenvolvida. Seu valor pode variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais próximo estará o nível de desenvolvimento socioeconômico da região estudada do nível de desenvolvimento socioeconômico da região mais desenvolvida. O inverso também é verdadeiro, de maneira que, quanto mais próximo de 0, mais próximo estará o nível de desenvolvimento socioeconômico da região estudada do nível de desenvolvimento socioeconômico da região menos desenvolvida. Aqui, considera-se a região estudada como o Estado de Santa Catarina, comparado com os demais Estados brasileiros.

O conceito de desenvolvimento socioeconômico está relacionado ao nível de crescimento econômico, somado às características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população da região que se procura estudar<sup>1</sup>. Dessa forma, o cálculo para o IDS prevê a utilização ponderada de indicadores estatísticos dessas categorias, como nos mostram as equações 1, 2, 3 e 4:

$$IDS = \frac{\sum_{i=1}^n ID_i}{n} \quad (\text{eq. 1}), \text{ em que } ID_i = \frac{\sum_{j=1}^n ID_j^{CAT}}{n} \quad (\text{eq.2}), \text{ e}$$

$$ID_j^{CAT} = \frac{\sum_{k=1}^n ID_k^I}{n} \quad (\text{eq. 3}), \text{ em que } ID_k^I = \frac{I_k^E - I_k^P}{I_k^M - I_k^P} \quad (\text{eq.4})$$

---

\* Professor substituto do Departamento de Economia/UFSC.

<sup>1</sup> Para uma discussão mais detalhada ver Montibeller (1999).



A eq. 1 nos diz que o IDS corresponde à média aritmética simples dos  $n$  índices de desenvolvimento ( $ID_i$ ) estudados. Aqui, esses índices referem-se aos níveis de desenvolvimento econômico e social, respectivamente<sup>2</sup>. A eq. 2 nos mostra que os índices de desenvolvimento ( $ID_i$ ) são divididos em categorias ( $ID_j^{CAT}$ ), correspondendo cada  $i$ -ésimo  $ID$  à média aritmética simples dos  $n$   $ID_j^{CAT}$ . Para a montagem do índice de desenvolvimento econômico, foram utilizadas duas categorias: nível da atividade econômica, medida aqui pela renda *per capita*, e distribuição de renda, medida aqui pelo índice de Gini<sup>3</sup>. Para a montagem do índice de desenvolvimento social, foram utilizadas quatro categorias: Saúde, Educação, Trabalho e Moradia. A eq. 3 nos mostra que cada  $j$ -ésimo  $ID$  por categoria ( $ID_j^{CAT}$ ) é obtido através da média aritmética simples dos  $n$  índices dos indicadores ( $ID_k^I$ ) utilizados na categoria respectiva. Finalmente, a eq. 4 nos mostra que cada  $k$ -ésimo índice do indicador é obtido através do  $k$ -ésimo indicador da região estudada ( $I_k^E$ ), do  $k$ -ésimo indicador da região que apresenta o melhor indicador ( $I_k^M$ ) e do  $k$ -ésimo indicador da região que apresenta o pior indicador ( $I_k^P$ ).

## 2. Montagem dos índices

Aplicando a metodologia apresentada acima, os índices de desenvolvimento econômico ( $ID_1$ ), de desenvolvimento social ( $ID_2$ ) e socioeconômico (IDS) para o Estado de Santa Catarina foram calculados nas seções 2.1, 2.2 e 2.3, respectivamente.

### 2.1. Desenvolvimento econômico - $ID_1$

A tabela 1 apresenta os indicadores de desenvolvimento econômico de Santa Catarina ( $I_k^E$ ), da região com melhor indicador ( $I_k^M$ ) e da região com pior indicador ( $I_k^P$ ), relacionando esses com seu Estado de origem. Apresenta também os índices de desenvolvimento dos indicadores ( $ID_k^I$ ) e o cálculo do índice de desenvolvimento econômico para Santa Catarina, através da agregação das categorias *nível da*

<sup>2</sup> Se forem agregados índices referentes aos níveis de desenvolvimento humano e ambiental, teríamos o que Montibeller (1999) sugere como IDHA – índice de desenvolvimento humano e ambiental.

<sup>3</sup> O índice de Gini é uma medida utilizada para medir o grau de concentração da renda. Índices de Gini mais próximos de 1 indicam rendas mais concentradas. Índices mais próximos de 0 apontam rendas distribuídas de forma mais equitativa.

atividade econômica e distribuição de renda em uma única categoria<sup>4</sup>. Dessa forma,  $ID_1^{CAT} = ID_1 = 0,65$ .

**Tabela 1: Cálculo do  $ID_1$  (ano: 2002)**

Indicador	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Renda per capita	712,2	1285,8	DF	341,2	PI	0,39
Índice de Gini	0,474	0,458	RO	0,621	PI	0,90
$ID_1^{CAT} =$						<b>0,65</b>

Nota-se, a partir da tabela 1, que o Estado de Santa Catarina apresenta um índice de desenvolvimento econômico igual a 0,65, o que em um primeiro momento poderia traduzir uma situação não mais do que regular no aspecto econômico. O que mais afasta o Estado de situações boas ou ótimas neste aspecto é o nível de renda per capita, que se distancia bastante do Estado com o melhor indicador, o Distrito Federal. Em termos da distribuição de renda, o Estado encontra-se entre os melhores do país, ainda ficando atrás do Estado de Rondônia. Nota-se também que o Estado menos desenvolvido em termos econômicos é o Estado do Piauí, atingindo as últimas posições nos dois quesitos.

## 2.2. Desenvolvimento social – $ID_2$

As tabelas 2.a, 2.b, 2.c e 2.d apresenta os indicadores de Santa Catarina ( $I_k^E$ ), da região com melhor indicador ( $I_k^M$ ) e da região com pior indicador ( $I_k^P$ ), relacionando esses com seu Estado de origem. Apresenta também os índices de desenvolvimento do indicador ( $ID_k^I$ ) e os índices de desenvolvimento por categorias de saúde, educação, trabalho e moradia ( $ID_j^{CAT}$ ), respectivamente.

**Tabela 2.a: Cálculo do  $ID_1^{CAT}$  - Categoria de Saúde (ano: 2002)**

Indicador	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Mortalidade infantil	18,2	15,4	RS	45,5	PB	0,91
Expectativa de vida	71,7	72	RS	63,8	PB	0,96
$ID_1^{CAT} =$						<b>0,94</b>

No aspecto da saúde, vemos na tabela 2.a que Santa Catarina apresenta um índice de 0,94, o que representa uma pequena distância do Estado com o melhor índice nos dois quesitos considerados, o

<sup>4</sup> Considerando que foi utilizado somente um indicador para cada uma das categorias, a característica desejada de mesma ponderação para as diferentes categorias dentro do índice não foi alterada.

Rio Grande do Sul. Percebe-se também que o Estado da Paraíba apresenta as piores condições nos dois quesitos considerados.

**Tabela 2.b: Cálculo do  $ID_2^{CAT}$  - Categoria Educação (ano: 2002)**

Indicador	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Taxa de analf. (+15anos)	5,5	5,5	SC	31,2	AL	1
$ID_2^{CAT} =$						<b>1,00</b>

No aspecto da educação, vemos na tabela 2.b que o Estado de Santa Catarina apresenta um índice de 1,00, tornando o Estado o melhor nesta categoria. Percebe-se também que o Estado de Alagoas apresenta as piores condições no aspecto de educação no país.

**Tabela 2.c: Cálculo do  $ID_3^{CAT}$  - Categoria Trabalho (ano: 2002)**

Indicador	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Taxa de desocupação	4,5	4,5	SC	20,4	AP	1
$ID_3^{CAT} =$						<b>1,00</b>

Também no aspecto trabalho, vemos na tabela 2.c que o Estado de Santa Catarina apresenta um índice de 1,00, tornando o Estado o melhor nesta categoria. Percebe-se também que o Estado do Amapá apresenta as piores condições em termos de trabalho no país.

**Tabela 2.d: Cálculo do  $ID_4^{CAT}$  - Categoria Moradia (ano: 2002)**

Indicador	$I_k^E$ SC	$I_k^M$	Origem	$I_k^P$	Origem	$ID_k^I$
Num. moradias água tratada	90,5	98,3	SP	40,7	AC	0,86
Num. moradias c/ saneamento	50	87,3	DF	3,8	RO	0,55
Num. moradias c/ luz elétr.	99,7	99,9	SP	95,9	TO	0,95
$ID_4^{CAT} =$						<b>0,79</b>

No aspecto de moradia, vemos na tabela 2.d que Santa Catarina apresenta um índice de 0,79, o que representa alguma distância dos Estados com o melhor índice nos três quesitos considerados, São Paulo e Distrito Federal. O que pesa mais negativamente para o Estado em termos de moradia é o quesito *número de moradias com saneamento*, em que se situa quase na mesma razão entre o pior e o melhor Estado neste quesito, Rondônia e Distrito Federal respectivamente. Percebe-se também que os Estados do Acre e de Tocantins estão nas piores situações em termos de moradias com água tratada e com luz elétrica, respectivamente.

Considerando  $ID_1^{CAT} = 0,94$ ,  $ID_2^{CAT} = 1,00$ ,  $ID_3^{CAT} = 1,00$  e  $ID_4^{CAT} = 0,79$ , chega-se ao índice de desenvolvimento social  $ID_2 = 0,93$ . Nesse sentido, em termos sociais médios, Santa Catarina encontra-se em uma boa situação dentro do patamar brasileiro, tendo no entanto deficiências sensíveis no quesito saneamento básico.

### 2.3. Cálculo do IDS

Com os valores para obtidos para os índices de desenvolvimento econômico ( $ID_1$ ) e desenvolvimento social ( $ID_2$ ), chega-se ao índice de desenvolvimento socioeconômico  $IDS = 0,79$ .

### 3. Conclusões

Considerando o valor calculado para o IDS de 0,79, podemos afirmar que o Estado de Santa Catarina encontra-se em um bom nível de desenvolvimento socioeconômico, comparativamente aos demais Estados brasileiros. É um bom índice mas ainda não atinge patamares que poderíamos considerar excelentes (maiores que 0,9) dentro do patamar brasileiro.

Através do exposto acima, percebe-se que os aspectos que afastam o IDS catarinense de um nível excelente são 1) a renda *percapita* e 2) estrutura de saneamento básico. Quanto ao primeiro aspecto, considerando-se que o Estado que apresenta o melhor índice é o Distrito Federal, há um viés sensível em função de ser o “locus” que concentra a elite da classe política brasileira. Já quanto ao segundo aspecto, nota-se um importante campo de ação política de médio e longo prazo, no sentido de cobrir uma evidente deficiência estrutural.

Seguem essas afirmações sem desconsiderar os evidentes diferenciais nas áreas da educação, saúde e trabalho, nos quais o Estado se apresenta entre os melhores. Em quesitos específicos, como taxa de desemprego e taxa de analfabetismo, Santa Catarina apresenta os melhores índices do país.

## **Referências**

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais*. 2003.

Montibeller Fo., G. IDSA: um método de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. *Textos Socioeconômicos*. Nº 2. Deptº de Ciências Econômicas/UFSC, 1999.

# Além da maximização de lucros: a questão da responsabilidade social corporativa

*Lisandro Fin Nishi\**  
*José Daniel Lenzi\*\**

## Introdução

Muito se debate sobre qual deve ser o papel da empresa perante a sociedade. A firma deve ter como objetivo apenas maximizar seu lucro, ou deve estruturar-se como um componente do tecido social que objetive também a melhoria do bem estar da sociedade?

Atualmente muitas empresas participam de atividades sociais, demonstrando que se preocupam não só em produzir bens e serviços, mas também em buscar o bem estar social através da preocupação com a valorização do homem, do meio ambiente e da cultura. Tais preocupações surgem com as mudanças sociais e devido a estas.

Esse processo não é prerrogativa do período atual. Já no final do século XIX Marshall (1996, p.94)<sup>5</sup> discorria sobre a existência de motivações não econômicas. A referência aparece, por exemplo, na seguinte frase: “Essas transformações, às quais é preciso acrescentar a difusão do movimento cooperativista, bem como outras formas de associação voluntária, estão crescendo sob a influência de motivos outros além dos de benefício pecuniário...”.

Uma empresa socialmente responsável é aquela que, além de ser ética em seus negócios, preocupa-se com questões como: não utilização de mão de obra infantil, preocupação com o meio ambiente e segurança no trabalho. Para empresas com essa amplitude de visão, a gestão empresarial não se resume apenas à maximização do lucro.

## Responsabilidade social

Também evocado pela expressão “cidadania empresarial”, o conceito de Responsabilidade Social, segundo Certo e Peter (1993), capta o grau em que a organização realiza atividades que melhorem a sociedade, mesmo que isso não contribua para o lucro da empresa. O conceito reflete a existência, nas organizações (assim como nos indivíduos), de responsabilidades sociais. Tal existência decorre do

---

\* Professor Substituto do Departamento de Economia/UFSC.

\*\* Economista.

<sup>5</sup> Original datado de 1890.

fato de que o comportamento empresarial afeta outras pessoas e de que, querendo ou não as empresas, há pessoas e entidades dispostas a cobrar essas responsabilidades.

Segundo Maximiano (2000) há duas correntes que discutem a problemática da responsabilidade social das empresas.

A primeira, conhecida como Doutrina da Responsabilidade Social, reconhece a ética social das organizações e fundamenta a sua orientação no entendimento de que as organizações são instituições sociais que existem com a autorização da sociedade, utilizam os recursos desta e afetam o bem estar social. Andrew Carnegie (1835-1919) foi um dos principais representantes desta corrente, tendo publicado em 1899 o livro *O Evangelho da Riqueza*, no qual apontou os dois princípios da responsabilidade corporativa: caridade e zelo. Tais princípios dizem, resumidamente, que os indivíduos mais afortunados da sociedade devem cuidar dos menos afortunados e custodiar as suas propriedades .

A outra corrente privilegia o interesse do acionista e tem Friedman (1984) como principal representante. Para esse autor a responsabilidade das empresas é maximizar o lucro, uma orientação que, de acordo com a postulação apresentada, acaba por promover uma alocação eficiente dos recursos. Nessa linha, são o Estado e as entidades afins que devem apresentar as soluções para os problemas sociais, e não as empresas, que não devem ser cobradas por isso. Permitir contribuições das empresas para propósitos de caridade provoca, na visão de Friedman (1984, p.125), “um afastamento da sociedade individualista e um avanço para o Estado corporativo”.

Entretanto, nos últimos anos observa-se um número crescente de empresas que têm, efetivamente, compromissos com o atendimento das expectativas de bem estar da sociedade. Suas ações sociais vêm sendo incorporadas no respectivo planejamento estratégico através do chamado Marketing Social.

Essas empresas reconhecem que a maximização de lucros é um objetivo primordial. Entretanto, consideram que os custos das ações de responsabilidade social, que numa análise de curto prazo reduzem o lucro, não podem ser tratados como um gasto sem retorno. Ao contrário, devem representar um investimento social, com retornos sociais.

A lógica subjacente é que, em um segundo momento, o reconhecimento da sociedade sobre o papel das empresas socialmente responsáveis pode elevar a demanda pelos produtos e serviços destas, aumentando a sua participação no mercado. Assim, em uma visão estratégica, aqueles gastos não se apresentam como um movimento contrário à maximização de lucros.

## **Perdigão: um exemplo catarinense<sup>6</sup>**

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.perdigao.com.br>> Acesso em 11/08/2005.

Fundada em 1934 na cidade de Videira, a Perdigão tem 30 mil funcionários, mantém parceria com cerca de 5.800 produtores integrados e exporta seus produtos para mais de 90 países. Sociedade Anônima listada na Bolsa de Valores de São Paulo, foi a primeira empresa brasileira de alimentos a lançar ações na Bolsa de Nova York. Em 2001, fez parte do primeiro grupo de empresas a aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, e em 2003 aplicou R\$ 3,2 milhões na manutenção e criação de projetos na área de Responsabilidade Social.

A Perdigão privilegia investimentos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde atua por meio de projetos voltados à educação, à saúde, cultura, meio ambiente e esporte. Por estas iniciativas, obteve prêmios tais como o Prêmio Expressão de Ecologia, na categoria Gestão Ambiental, pela implantação do Sistema de Gestão Integrada em sua unidade de Marau (RS), e o Prêmio Fritz Müller, concedido pela Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA) e o Governo do Estado.

Entre seus programas destacam-se:

*Programa Atende (Rio Verde - GO):* iniciativa na qual foram construídos nove centros de saúde conjugados a postos policiais em pontos estratégicos da cidade, descentralizando o serviço de atendimento à população.

*O Programa Cidadão do Futuro (Carambeí – PR):* iniciado em meados de 2001, tendo como objetivo principal despertar o interesse dos jovens para a leitura de jornais. A Perdigão contribui com a assinatura do jornal que é entregue na escola, e os alunos podem levá-lo para casa. Atende cerca de 700 estudantes.

*Programa de Formação de Jovens e Adultos:* criado em 1996, contribui para que seus funcionários e comunidade local concluam os ensinamentos fundamental e médio. O curso é inteiramente grátis. O programa é desenvolvido nos Estados de Santa Catarina (Videira, Salto Veloso, Lages, Herval D'Oeste e Capinzal), Rio Grande do Sul (Marau), Goiás (Rio Verde) e São Paulo (São Paulo).

*Ação Perdigão Social:* visa facilitar a retirada e/ou regularização de documentos, fornecer informações sobre serviços públicos, além de proporcionar atendimentos médicos, odontológicos e oferecer lazer às crianças. O programa já se concretizou em Videira, Herval d'Oeste e Serafina Corrêa (SC), Marau (RS) e Carambeí (Paraná), mobilizando mais de mil funcionários em mais de 36 mil atendimentos.

*Programa Habitacional Perdigão:* A empresa mantém este programa desde 1997 com a finalidade de reduzir o preço do imóvel e facilitar o financiamento realizado com os recursos do FGTS e da Caixa Econômica Federal. A Perdigão gerencia todo o projeto de construção das moradias e disponibiliza o terreno. Desde



sua criação foram construídas e entregues 590 casas, somando investimentos de R\$ 11,7 milhões e beneficiando cerca de três mil pessoas.

Além dos programas já mencionados, a Perdigão tem se preocupado com a recuperação e preservação da Reserva Ambiental Natureza Viva em Videira (SC), e da reserva ecológica Vida Verde, em Marau (RS), e com o reflorestamento da Mata Ciliar do Córrego Abóboras, o que a leva, atualmente, a não utilizar mata nativa como fonte de energia. Além disso, efetuou a soltura de 25.000 alevinos nos rios Verdão e dos Bois.

Finalizando, a Perdigão investe continuamente em equipamentos de controle de emissões gasosas, e a sua quantidade de água reutilizada para finalidades diversas abasteceria uma cidade de 43 mil habitantes. Em Rio Verde (GO), 90% da matéria orgânica contida no efluente são utilizados como combustível, reduzindo em 10% o consumo de biomassa para a geração de vapor. Através destes exemplos a Perdigão mostra estar comprometida com a responsabilidade social, contribuindo com o desenvolvimento sustentável.

## **Referências**

- CERTO, Samuel C. e PETER, J. Paul. *Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia*. São Paulo: Makron Books, 1993.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril, 1984.
- LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia da Administração*. São Paulo: Atlas, 1997.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. Tratado Introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAXIMIANO, Antonio C. A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana a revolução digital*. São Paulo: Atlas, 2002.

# Novas abordagens sobre o funcionamento das empresas

João Randolfo Pontes\*

A teoria microeconômica clássica não consegue explicar convincentemente o complexo mundo dos negócios. A empresa, por sua vez, não constitui um objeto específico de análise. Somente o mercado existe, e este é visto como um sistema de preços que orienta as empresas no ajuste do seu nível de produção.

Você sabe exatamente o que uma empresa faz no mundo real dos negócios? A que ela efetivamente se propõe? O que oferece? Quem são seus clientes? Que tipo de mercado deseja conquistar? Como organiza suas decisões internas e estabelece estratégias capazes de sustentar suas vantagens competitivas?

Essas perguntas, dentre outras, têm recebido respostas em diversas linhas de pesquisa sobre como as empresas operam. Isso tem representado avanços teóricos novos sobre a realidade das empresas no complexo mundo dos negócios. Este artigo apresenta, brevemente e em largas pinceladas, alguns desses avanços.

## Abordagem neo-institucional

Esta abordagem pode ser representada pelos trabalhos de Williamson (1975, 1985), tendo por objetivo a explicação de como se comportam as instituições econômicas capitalistas. Suas hipóteses, úteis para nortear a análise do comportamento das empresas, referem-se ao que segue:

- *Princípio de racionalidade limitada.* Sendo os homens limitados em suas decisões, o caráter incompleto dos contratos é algo inevitável. O grau de adaptabilidade de uma empresa é dado pela eficiência no gerenciamento de seus contratos;
- *Comportamento oportunista.* Os homens de negócios são oportunistas e têm interesses pessoais que muitas vezes fogem aos interesses globais da sociedade, razão pela qual recorrem a mecanismos que podem distorcer a eficiência econômica dos recursos alocados nos mercados. É possível, assim, distinguir um oportunista *ex-ante* quando este se encontra diante de um problema de seleção adversa, e *ex-post* quando ele se encontra em situação que o conduz a um risco moral, pois um agente econômico nem sempre consegue respeitar os fundamentos dos padrões existentes.

---

\* Professor do Departamento de Economia/UFSC.

## **Abordagem dos custos das transações econômicas**

A abordagem dos custos das transações econômicas procura explicar a diversidade dos modelos de organização e permite examinar as escolhas de estruturas institucionais que correspondem, antes de tudo, a formas diversas de minimização dos custos de pesquisas, planejamento, compras, produção, transporte, logística, infra-estrutura e comercialização. Este enfoque possibilita avaliar, por exemplo, as vantagens da integração vertical, e chama a atenção, entre outras coisas, para o fato de que a diferença entre os custos de externalização e os da não externalização apresenta-se como uma função decrescente do grau de especificidade dos ativos. Daí ser possível avançar na explicação das diferenças existentes no processo de integração e apontar para a determinação de uma organização ótima.

Considerando os fundamentos propostos por Coase (1937), essa abordagem permite considerar as seguintes hipóteses:

- especificidade dos ativos: investimentos duráveis mostram-se associados a tipos de transação particulares. Sua especificidade vincula-se a uma dependência pessoal entre as partes envolvidas (fornecedores, empreiteiros, bancos etc), através de um contrato jurídico, o que pode aumentar os problemas ligados aos comportamentos oportunistas. Alchian (1972) vê na especificidade dos ativos a razão essencial para a existência da empresa;
- a incerteza não probabilística pesa sobre o comportamento dos outros agentes econômicos;
- a frequência da transação pode ser única, ocasional ou recorrente.

Uma questão central relaciona-se ao exame dos limites de integração econômica. Por que as grandes firmas integram o conjunto de fornecimento-produção-distribuição? Williamson (1985) admite que a lógica de examinar os custos de uma organização empresarial guarda relação com o tamanho desta (teoria da gestão do rendimento decrescente). Isso se deve aos problemas de burocracia e incitação, que tornam relevantes perguntas do tipo “como reproduzir no meio das empresas os mecanismos de incitação do mercado?” Para Williamson (op cit.) essa reprodução não é totalmente possível tendo em vista os custos específicos da integração.

## **Abordagem pelo ângulo dos direitos da propriedade**

A difusão, por Coase (op cit.), da tese segundo a qual a solução das falhas de mercado encontra-se pré-ordenada pelo sistema apropriativo consagrado no ordenamento jurídico, incentivou a comunidade econômica a criar um arcabouço científico voltado ao exame da alocação eficiente da propriedade. Como pode a lei

incentivar a busca da eficiência econômica? Eis a questão central dos fundamentos que integram esta nova teoria.

O artigo *The Exchange and Enforcement of Property Rights* (Demsetz, 1964) é apontado como o primeiro estudo direcionado especificamente à avaliação dos incentivos das diversas opções legislativas de alocação do domínio sobre o comportamento econômico dos indivíduos. Dado o passo inicial, outros escritores especializaram-se no estudo do tema, mormente na década de 1970, merecendo ser citadas as importantes contribuições de Furbotn e Pejovich (1967), Alchian (1972), Dahlman (1980), Umbeck (1981) e Barzel (1989). Essa tendência consolidou-se com a adesão de teóricos como Calabresi e Melamed (1972), Ackerman (1975) e Posner (1982), formando uma corrente acadêmica sólida, bastante eclética e relativamente madura, conhecida como "*Property Rights School*".

Na visão de Alchian (op cit.), toda troca econômica realizada entre os agentes é uma troca de direitos de propriedade dos objetos. A base dessa idéia é a pressuposição de que toda relação entre os homens pode ser levada às relações entre suas coisas. Um direito de propriedade é, então, um direito socialmente validado a escolher o uso de um bem econômico. Esta teoria está ligada à teoria das externalidades, que considera ser possível (Demsetz, 1967) também internalizar uma externalidade (direitos de poluição, por exemplo).

No mesmo sentido contemplado na teoria dos custos das transações econômicas, os direitos têm um custo de transação nulo (transferível facilmente e de maneira segura) e o equilíbrio econômico realizado após a alocação dos recursos é eficiente qualquer que seja a repartição inicial.

O novo Código Civil brasileiro de 2002, por exemplo, demonstra corretamente as nuances das decisões de compra e venda entre os agentes econômicos, através dos modelos de negócios jurídicos, devendo ser incorporado como um instrumento de grande valia nas tentativas de explicação do comportamento das empresas brasileiras.

## **Abordagem da agência**

Uma relação de agência é um contrato no qual uma ou mais pessoas (principal) engaja uma outra pessoa (agente) para executar em seu nome uma tarefa que implique a delegação de um certo poder de decisão (Jensen e Meckling, 1976). Toda relação contratual entre dois indivíduos pode ser considerada como uma relação de agência. Tal relação acarreta problemas por causa da divergência de interesses e da assimetria de informação entre as partes envolvidas. São os seguintes os possíveis custos envolvidos:

- custos de certificação e de incitação;
- custos de seguro;

- custo de oportunidade (desvio entre o resultado da ação e o estado ótimo previsto pelo principal).

Nessa perspectiva, o problema é determinar a forma de organização que minimiza os custos da agência, podendo a empresa ser definida como uma rede de contratos (op. cit.), escritos ou tácitos, entre os detentores dos meios de produção e seus clientes. De fato, é muito mais do que uma simples ficção legal que serve a rede de relações contratuais, podendo ser caracterizada por conta da existência das crenças individuais divisíveis sobre os ativos e as rendas da organização.

Esta abordagem apóia-se na relação principal-agente e é aplicável à análise de qualquer tipo de empresa, ao descrever as relações entre os acionistas (principal) e os dirigentes ou administradores contratados (agentes), num contexto de assimetria de informações que o mercado proporciona. Normalmente os agentes têm interesses que contrastam com os dos acionistas que procuram maximizar o valor da firma, enquanto os administradores buscam maximizar seus salários. O enfoque da agência permitiria explicar as estratégias das firmas segundo a visão dos acionistas ou segundo a visão dos agentes.

### **Abordagem da firma japonesa**

Aoki (1984), expoente do enfoque em questão, busca distinguir e modelar dois tipos de firmas: a firma japonesa, que ele denomina J, e a americana, intitulada A. Em todos os níveis há uma oposição entre a organização hierárquica de A e a organização simples e desconcentrada da firma do tipo J. Para a firma do tipo A, a divisão do trabalho é rígida, enquanto na firma do tipo J observa-se maior flexibilidade, com rotação das tarefas entre os participantes.

Do ponto de vista financeiro, a firma do tipo A se caracteriza por uma grande participação cruzada no curto e no longo prazo e por um estado acionário estável e sólido. Ao mesmo tempo, a firma J se caracteriza por fortes apelos de recursos aos bancos e mercados. Segundo Aoki (op cit.), com uma hipótese de racionalidade restrita à firma J, esta se configura como a forma de organização mais eficiente, comparativamente falando, devido ao processo de coordenação horizontal entre as unidades operacionais, à divisão de informações obtidas através da experiência adquirida e à hierarquia das grades definidas pela política de cargo e salários e não por funções. Essas características permitem resolver os problemas mais rapidamente e motivar os colaboradores.

Suas observações são de que as firmas podem ser apreendidas como uma combinação de trabalho e capital específicos, e que o papel dos administradores é de arbitrar entre esses dois grupos de interesses quando se trata de analisar a tomada de decisão em matéria de investimento, produção e distribuição de lucros.

## **Abordagem evolucionista da firma**

Esta abordagem considera que as empresas formam um conjunto bastante diversificado e possuem competências específicas. A análise das firmas implica a adoção de três procedimentos: distinguir as firmas uma das outras em função de suas atividades; explicar o portfólio de atividades de cada uma; e explicar a lógica das suas respectivas evoluções.

A firma evolui ao longo do tempo graças ao processo de aprendizagem, sendo um repositório de conhecimentos que solidifica uma grande memória organizacional capaz de aprimorar o conjunto das decisões a serem tomadas. A informação não é mais uma variável exógena, como em outros enfoques, pois a empresa é capaz de produzi-la. E a evolução da empresa não é aleatória e sim determinada em função de suas competências acumuladas. O mercado, por seu turno, é visto como representando um processo de seleção de firmas (Alchian, op cit.; Demsetz, op cit.; Nelson e Winter, 1982).

## **Considerações finais**

As diversas linhas de pesquisa desenvolvidas para explicar o mundo dos negócios e o comportamento das firmas vêm enriquecendo os debates e abrindo novas perspectivas para a solidificação de uma nova teoria da firma. As firmas não podem mais ser estudadas apenas como uma unidade técnica de produção, mas como um sistema complexo de atividades que afeta diretamente o mundo dos negócios e da economia. Outras linhas de pesquisa realizadas no campo da teoria financeira e da teoria organizacional da empresa vêm colaborando também para enriquecer o debate e formar um nova posição de como as empresas devem ser analisadas.

## **Referências**

- ALCHIAN, A. A. and DEMSETZ, H. (1972), "Production, Information Costs, and Economic Organization". *American Economic Review*, 62, 5: 772-795.
- ACKERMAN, Bruce (1975), "The Economic Foundations of Property Law". (Boston: Little, Brown & Co.
- COASE, R. H. (1937), "The Nature of the Firm," *Economica*, 4: 386-40.
- BARZEL, Yoram (1989), "Economic Analysis of Property Rights". Cambridge: Cambridge University Press.
- DAHLMAN, C. Jr. (1980), "The Open Field System and Beyond: A Property Right Analysis of Economic Institutions". Cambridge University Press.

DEMSETZ, Harold (1964), "The Exchange and Enforcement of Property Rights," *Journal of Law and Economics*, 7: 11-26.

FURBOTN, E.G. and PEJOVIC, S. (1972). "Property Rights and Economic Theory: A Survey of recent Literature", *Journal of Economic Literature*, 10: 1137-1162.

CALABRESI, G. and MELAMED, A.D. (1972), "Property Rules, Liability Rules, and Inalienability: One View of the Cathedral," *Harvard Law Review* 85:1089-1128, April.

JENSEN, M., and MECKLING, W. (1976), "Theory of the firm: Managerial behaviour, agency costs and ownership structure". *Journal of Financial Economics*, vol. 3, p. 305 a 360.

NELSON, R. and WINTER, S G (1982), "*An Evolutionary Theory of Economic Change*, Cambridge MA: Harvard University Press.

POSNER, Richard A. (1980), "A Theory of Primitive Society, with Special Reference to Primitive Law," *Journal of Law and Economics*, 23, April, Cambridge, Harvard University Press.

UMBECK, J. (1981), "Might Makes Right: a Theory of the Formation and Initial Distribution of Property Rights", in *Economic Inquiry*, v. 19, n. 1.

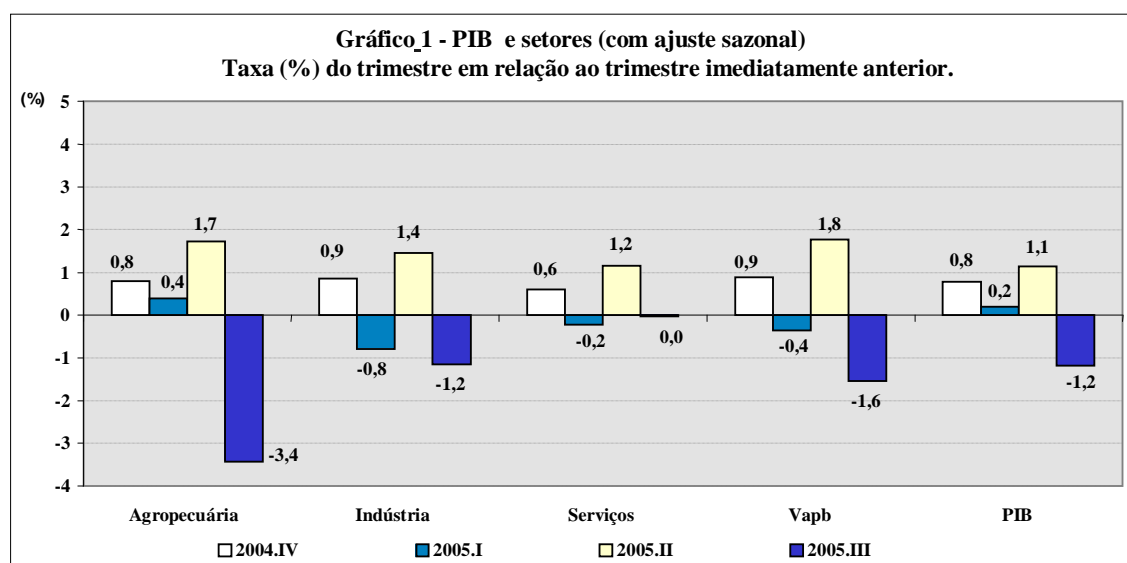
WILLIAMSON, Oliver E. (1975), "Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications". New York/London.

WILLIAMSON, Oliver E. (1985), "The economics institutions of capitalism". Nova York: Free Press.

## Persistirá a queda do PIB da agropecuária?

Francisco Gelinski Neto<sup>7</sup>  
Carmen R. Ortiz Gelinski<sup>8</sup>

No momento em que escrevemos este artigo o IBGE acaba de divulgar o comportamento do PIB no terceiro trimestre de 2005<sup>9</sup>. No agregado, o PIB caiu 1,2% em relação ao segundo trimestre. Dos três setores da economia, a Agropecuária foi o mais atingido: queda de 3,4%. A indústria sofreu retração de 1,2% e o setor de serviços manteve-se estável (0,0%) (Gráfico 1).



Fonte: IBGE, 2005.

Entretanto, nos últimos anos, o PIB agropecuário tradicionalmente sofre queda no 3º trimestre e se recupera posteriormente, com uma tendência geral crescente e positiva ao longo do tempo. Pretende-se aqui analisar o ocorrido com o PIB agropecuário no terceiro trimestre de 2005 e, com base na conjuntura nacional do agronegócio, fazer inferências sobre o comportamento futuro da renda do setor no 4º trimestre do ano e posteriormente.

Na análise do comportamento de sub-setores selecionados no trimestre em questão, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, percebe-se que a agropecuária, juntamente com a construção civil, são os que mais sofreram retração: menos 1,9% contra 1% do PIB total. Essa queda, de acordo com o IBGE (2005, p.9), “(...) pode ser explicada pelo declínio de produção no ano de 2005, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE) de setembro<sup>10</sup>, de

<sup>7</sup> Professor de Economia da UFSC. E-mail: fgelneto@cse.ufsc.br

<sup>8</sup> Professora de Economia da UFSC. E-mail: carmeng@cse.ufsc.br

<sup>9</sup> Artigo elaborado com dados disponíveis até 06/12/2005.

<sup>10</sup> Divulgada dia 20 de outubro de 2005.



alguns produtos cujas safras são relevantes no terceiro trimestre. Esse é o caso, por exemplo, do trigo (-11,0% ), do café (-11,8%) e da laranja (-2,6%).”

De todo modo, há que ter em mente que a renda global da agricultura, segundo José Garcia Gasques, do Ministério da Agricultura, sofreu uma queda de 10,6% relativamente à safra de 2004 – reduziu-se de 102,88 bilhões de reais para 97,54 bilhões em 2005. Para isto contribuíram, genericamente, problemas climáticos, preços e câmbio desvalorizado. (LOPES e BOUÇAS, 2005).

No mercado da soja, por exemplo, a crise está ligada ao clima, aos preços internacionais e ao câmbio. A queda de produção da soja foi de 4,56% em relação à safra de 2003/2004 (clima adverso). Apesar dos analistas esperarem reflexos no PIB do primeiro semestre, somente agora tais reflexos apareceram. Além disso, embora a desvalorização cambial tenha reduzido os custos em reais, os custos em dólares, segundo a FGV, aumentaram em média 15%. Estes aspectos, aliados às vantagens comparativas da Argentina (tributos/custos de produção e logística), apontam para uma redução na produção de soja na próxima safra<sup>11</sup>, pressionando os segmentos de fertilizantes, máquinas agrícolas e agroindústrias de óleo/farelo, que já estão sentindo impacto negativo em suas atividades.

Os negócios da agropecuária mostram-se interconectados e altamente dependentes. Quando, por exemplo, se reduz a área cultivada de soja, ela é substituída naturalmente pelo milho, cujo excedente de produção deverá ser absorvido pelo segmento de carnes (bovina e principalmente suína, assim como de aves). Portanto, para não ocorrer queda de renda dos produtores de milho, obrigatoriamente as taxas de crescimento dos rebanhos deverá continuar, o que depende de boas expectativas de exportações. O que se espera para 2006? Caso haja aprofundamento da crise de aftosa, ocorrerão maiores restrições (além das já existentes), principalmente nas vendas de suínos, o que obrigatoriamente afetará o consumo de milho, provocando queda de preços ao produtor e diminuição na renda.

Pensem positivamente quanto à avicultura, na expectativa que os esforços do Ministério da Agricultura possam realmente impedir focos de doenças no plantel e possibilitem ao país, assim, aproveitar o bom momento internacional. Caso apareçam doenças como o caso da gripe aviária, os fortes e inevitáveis impactos nas exportações de frangos terão sérios reflexos sobre a cadeia do milho.

O agronegócio está em crise em 2005, e o fim das adversidades não parece previsível. Delfim Neto e Pratini de Moraes creditam parte da crise ao descaso do governo com o setor, apesar dos esforços do Ministro Roberto Rodrigues<sup>12</sup>. A equipe econômica não cede e as crises continuam. Os analistas apontam também, como conseqüência, a crise de liquidez no setor este ano, devido à conjunção dos seguintes fatores: aumentos de custos da safra, quebra de safra por problemas climáticos,

---

<sup>11</sup> Isso sem dúvida tem impacto significativo no comportamento do PIB Do setor, haja vista que o país é o segundo maior produtor de soja (24% do total mundial) e que cerca de 30% do valor de toda a produção agrícola derivou da soja, que é hoje a cultura com maior área plantada (IBGE, 2005b).

<sup>12</sup> Conferir Rocha, Loiola e Lopes (2005) e Para Delfim... (2005).

quedas de preços, câmbio desfavorável, juros elevados. (LOPES, 2005). Outro problema refere-se às restrições no crédito de custeio e investimento para a próxima safra. Assim, apesar de se esperar pequena ampliação de área de cultivo na próxima safra, observa-se uma redução no uso de tecnologia, como, por exemplo, no uso de fertilizantes, o que fragiliza o cultivo por torná-lo mais susceptível a quebras de produção em condições climáticas adversas, afetando diretamente a renda do produtor e do setor.

Observam-se, dessa forma, impactos nos setores de fertilizantes e máquinas agrícolas. No primeiro caso, a Bunge - que comercializa 30% dos fertilizantes do Brasil - está fechando 7 de suas 35 plantas de produção de fertilizantes no país. As vendas de fertilizante serão de apenas 19,5 milhões de toneladas neste ano, contra 23 milhões comercializadas no ano passado. O reflexo da crise da agropecuária aparece também no setor de máquinas agrícolas, que reduziu suas vendas até setembro em 38,7% em relação ao mesmo período no ano passado (de 30 mil unidades caiu para 18 mil unidades neste ano). (BOUÇAS, 2005).

Na cadeia da soja as nuvens estão carregadas. As esmagadoras de soja (Bunge, Cargill, ADM) estão reduzindo as suas operações no Brasil (desativando plantas) e ampliando as atividades na Argentina, na Ásia e no Leste Europeu, pelas vantagens cambiais e logísticas. A redução do esmagamento só não é maior devido à demanda doméstica do setor de carnes. Todavia este setor demandará menos já neste último trimestre de 2005, como resultado da aftosa e das greves na fiscalização, que têm impacto indireto nas cadeias de suínos e aves.

Também no agronegócio da carne a crise está instalada. Os constrangimentos orçamentários impostos ao país com vistas à obtenção de superávits primários estão entre as principais causas do surgimento da aftosa (não disponibilizaram dinheiro para controle sanitário). Até o final de novembro haviam sido liberados apenas 10,3% dos 178,4 milhões de reais necessários para este ano.

Por tudo isto, o clima de negócios no setor de carnes não é de otimismo, razão pela qual diversos grupos agroindustriais de abate estão revendo seus planos de investimento em novas plantas, o que restringirá o crescimento do PIB, embora outras cadeias, como a do açúcar e do álcool, esteja a apontar ganhos. Se a aftosa aparecer no Paraná, certamente os russos e ucranianos deixarão de comprar carne suína do Brasil. As previsões oficiais parecem ignorar o tamanho da crise que se abate sobre a agropecuária e afirmam que o PIB agropecuário crescerá 2,9% no próximo ano, contra os previstos 1,6% deste ano. Contudo, devemos observar as condicionantes: se não houver doenças nas aves, se não ocorrerem novos focos de aftosa, se não acontecerem problemas climáticos, se...

## Referências

- BOUÇAS, C. Exportação supera venda interna de máquinas. *Valor Econômico*, 7,8 e 9 out. 2005. p.B12.
- IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume*. (julho/setembro 2005). Rio de Janeiro, nov.2005. (*Indicadores IBGE*)
- IBGE. *Produção Agrícola Municipal – 2004: Culturas temporárias e permanentes 2004*. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2004/default.shtm>. Acesso em 6 dez. 2005(b).
- LOPES, F. Campo colhe em 2005 pior resultado dos últimos anos. *Valor Econômico*, 3 nov. 2005. p.B12.
- LOPES, F. BOUÇAS, C. Renda das lavouras em alta em 2006. *Valor Econômico*, 9 nov. 2005. p.B11.
- PARA Delfim, crise no campo reduzirá PIB em até R\$ 45 bi. *Valor Econômico*, 27 out. 2005. p.B11
- ROCHA, A., LOIOLA, C., LOPES, F. Governo não prioriza campo, diz Pratini. *Valor Econômico*, 5 dez. 2005. p.A12.

.....

**Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.**

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail [depcnm@cse.ufsc.br](mailto:depcnm@cse.ufsc.br). Disponível também na homepage [www.cse.ufsc.br/~gecon](http://www.cse.ufsc.br/~gecon)

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins (coord.editorial), José Antônio Nicolau, João R. Sanson, Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*

Apoio: *Centro Sócio-Econômico*